

## PARECER TÉCNICO

Empreendedor: NOVELIS DO BRASILTA.

Empreendimento: Fábrica de alumínio

Atividade: : Metalurgia de metais não-ferrosos em formas

CNPJ: 60.561.800/0001-03

Endereço: Av. Américo René Gianetti, nº 521 – Saramenha

Município: Ouro Preto/MG

Referência: DEFESA AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº F445/2007

DN	Código	Classe	Porte
74/2004	B-02-01-1	6	G

Infrações: Grave e  
Gravíssima

A empresa foi autuada por meio do Auto de Infração Nº F445/2007, em 23-4-2007, por "lançar efluente líquido em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental devido a um acidente na tubulação que leva a lama para a barragem do Marzagão, fazendo com que a referida lama atingisse o córrego do Marzagão. A empresa ainda assoreou o córrego do Azedo, devido à queda de um muro de gabião na área do lago do Azedo do causando poluição que resultou dano ao recurso hídrico". As infrações possuem embasamento no Decreto 44.309/2006, art. 86, inciso VI, art. 87, inciso IX, art. 61, inciso I, alínea d, Art. 61, inciso II, alínea d, art. 69, inciso I, alínea b.

Na defesa apresentada a empresa alega, em síntese, que "em 20-3-2007 houve um acidente de infimas proporções nas proximidades do lago de rejeitos da empresa, tendo ocorrido o transbordo da lama neutralizada pelo 'vent' da tubulação que alimenta aquela barragem. Parte do material originado desse acidente acabou escorrendo pelo talude, atingindo o córrego do Marzagão e, em seguida, o córrego Funil, sendo certo que, após 90 minutos, tais cursos d'água já haviam retornado aos seus índices originais de turbidez, tudo conforme informado a essa Fundação, em ofícios datados de 21-3-2007 e 9-4-2007, bem como relatado no Auto de Fiscalização. Com efeito, houve, na área conhecida como 'lago do Azedo', o deslizamento de pequena quantidade de terra das encostas do córrego de mesmo nome, fato que deve ser acreditado exclusivamente à erosão natural de suas margens". Alega ainda, que não houve em ambos os casos, a alteração adversa das condições ambientais locais, implicando a dizer que não se caracterizam as condutas descritas nos tipos infracionais apontados no Auto de Infração que dever ser desconstituído.

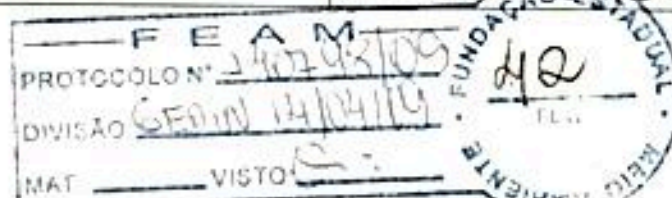
As alegações são desprovidas de quaisquer argumentos que venham descaracterizar a infração cometida, uma vez que a irregularidade foi constatada e devidamente registrada, conforme consta no Auto de Fiscalização Nº 1819/2007 de 22-3-2007, agravada pelo fato de que no córrego na área do Lago do azedo foi verificado inclusive a presença de material de contenção de encosta formando uma verdadeira represa em seu leito e inclusive a empresa teve que retirar este seu material lá depositado.

Ressalta-se que em 21-3-2007 a empresa protocolou na FEAM, sob o nº F023895/2007, documento informando do acidente ocorrido e as medidas corretivas adotadas para correção do incidente.

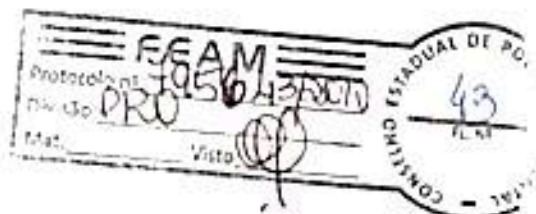
Há registro de outras autuações além do Auto de Infração Nº F445/2007, sob os números 193/89, 335/91, 347/97, 345/97, 210/01, 264/01 e 458/03.

Diante do exposto, este parecer sugere o INDEFERIMENTO da defesa apresentada, ouvida a Procuradoria da FEAM.

Autora: Rejane Olívia Andrade Ferreira Prestadora de Serviço Técnico Especializado	Assinatura: <i>Rejane Olívia Andrade Ferreira</i> Data: 19, 1, 2009
De Acordo: Liliana Adriana Nappi Mateus – MASP 1.156.189-1 Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Industriais - GEDIN	Assinatura: <i>Liliana Adriana Nappi Mateus</i> Data: 20, 1, 2009
Visto: Paulo Eduardo Fernandes de Almeida Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento - DPED	Assinatura: <i>Paulo Eduardo Fernandes de Almeida</i> Data: 05, 05, 2009





**PARECER JURÍDICO**

AUTUADO: NOVELIS DO BRASIL LTDA	DEFESA
PROCESSO Nº 06/1977/024/2007	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº F445/2007	
TIPO DE INFRAÇÃO: 1 GRAVE E 1 GRAVÍSSIMA PORTE: GRANDE	

**I – RELATÓRIO**

A NOVELIS DO BRASIL LTDA foi autuada em 23.04.2007 pela prática da infração grave tipificada no art. 86, VI do Decreto 44.309/2006; e pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 87, IX do Decreto 44.309/2006;

*Art. 86. São consideradas infrações graves:*

*(...)*

*VI - emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos - Pena: multa diária e demolição de obra; ou multa diária; ou multa simples e demolição de obra; ou multa simples e embargo;*

*(...)*

*Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:*

*(...)*

*IX - causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural - Pena: multa simples e embargo de obra ou atividade; ou multa diária; e, quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;*

Em decorrência da autuação, foram aplicadas duas multas: no valor de R\$ 25.001,00 (art. 86, VI c/c art. 61, I, "d" c/c art. 69, I, "b" do Decreto 44.390/2006) e R\$ 83.335,00 (art. 87, IX c/c 61, II, "d" c/c art. 69, I, "b" do Decreto 44.390/2006), respectivamente:

*Art. 61 (...)*

*I - infrações graves:*

*(...)*

J



d) cometidas por empreendimentos ou atividades de grande porte: R\$30.001,00 (trinta mil e um reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais);

e

Art. 61 (...)

II - infrações gravíssimas:

(...)

d) cometidas por empreendimentos ou atividades de grande porte: R\$100.001,00 (cem mil e um reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

ambos c/c

Art. 69. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I - atenuantes:

(...)

b) comunicação imediata do dano ou perigo à autoridade ambiental, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Foi apresentado Parecer Técnico GEDIN 28/2009, que concluiu pelo indeferimento da Defesa apresentada. (fl. 42)

## II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por "a empresa lançou efluentes líquidos em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental devido a um acidente na tubulação que leva a lama para a barragem de Marzagão, fazendo com que a referida lama atingisse o córrego Marzagão. A empresa ainda assoreou o córrego do Azedo devido à queda de um muro de gabião na área do lago do Azedo causando poluição que resultou em dano ao recurso hídrico" (fl. 03).

Da Defesa o autuado alega, em síntese, que:

- Deve-se descaracterizar as infrações lavradas no Auto de Infração, em razão da atipicidade dos eventos ocorridos, pois os fatos constatados na fiscalização não guardam correspondência com os ilícitos administrativos descritos no AI;

- Não ocorreram as condutas definidas nos verbos-núcleos dos tipos infracionais apontados no AI, sendo que o derramamento de efluentes ocorreu por razões involuntárias, para as quais não concorreram os prepostos da empresa;





- Não houve degradação ambiental;
- Não houve culpa do autuado na ocorrência dos fatos.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Com efeito, compulsando Auto de Fiscalização e o Auto de Infração do presente processo, verifica-se que há correspondência entre os fatos analisados pelos fiscais e as infrações imputadas ao autuado. Nesse sentido, o derramamento de lama corresponde ao lançamento de efluentes, sendo constatada a degradação ambiental.

Ademais, o autuado assume que houve o acidente que gerou o Auto de Infração, não sendo possível ocorrer a descaracterização das infrações, pois é fato incontroverso a existência da violação à legislação ambiental.

No mesmo sentido, o Parecer Técnico GEDIN 28/2009 ditou que *"as alegações são desprovidas de quaisquer argumentos que venham descaracterizar a infração cometida, uma vez que a irregularidade foi constatada e devidamente registrada, conforme consta no Auto de Fiscalização Nº 1819/2007 de 22-3-2007, agravada pelo fato de que no córrego na área do lago do azedo foi verificado inclusive a presença de material de contenção de encosta formando uma verdadeira represa em seu leito e inclusive a empresa teve que retirar este seu material lá depositado"* (fl. 42).

No que tange à alegação de falta de responsabilidade do autuado, de acordo com a teoria da culpabilidade, tem-se que a mesma não se aplica na esfera ambiental.

Com efeito, entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação de qualquer uma das seguintes excludentes: caso fortuito, força maior, ato de terceiro.

Desta sorte, em virtude da responsabilidade ambiental objetiva, são irrelevantes para a apreciação da defesa quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente.

A alegação de inexistência de dano ambiental também não pode prosperar, haja vista que na esfera administrativa a infração é caracterizada não pela ocorrência de um dano, mas pela inobservância de uma regra jurídica, sendo que, o elemento subjetivo dolo ou culpa não é pressuposto jurídico para a configuração da responsabilidade ambiental no âmbito do procedimento administrativo ambiental.





Nos termos do art. 70 da Lei 9605/1998, consideira-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as normas legais ou regulamentares relativas às jurídicadas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável.

Vale dizer, ainda, que a multa administrativa também possui natureza objetiva, tornando-se definitiva independentemente da ocorrência de dolo ou culpa do infrator.

Por fim, tem-se que o Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

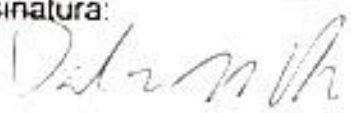
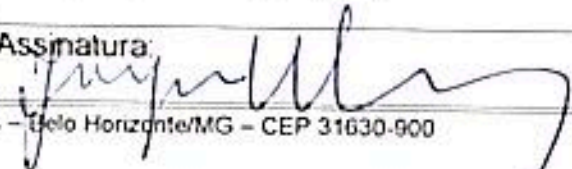
Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 16.667,50 (infração grave, empreendimento de grande porte, com atenuante de 1/6); e R\$ 41.667,50 (infração gravíssima, empreendimento de grande porte, com atenuante de 1/6).

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM o **indeferimento** da Defesa apresentada, mantida as multas aplicadas, porém:

- Reduzindo o seu valor de R\$ 25.001,00 (art. 86, VI c/c art. 61, I, "d" c/c art. 69, I, "b" do Decreto 44.390/2006) para **R\$ 16.667,50** (infração grave, empreendimento de grande porte, com atenuante de 1/6), nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008; e
- Reduzindo o seu valor de R\$ 83.335,00 (art. 87, IX c/c 61, II, "d" c/c art. 69, I, "b" do Decreto 44.390/2006) para **R\$ 41.667,50** (infração gravíssima, empreendimento de grande porte, com atenuante de 1/6), nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2010.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho	Assinatura: 

feam

Procurador-Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 - MASP 1043.804-2

